



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica  
Comissão Permanente de Licitação  
Portaria Nº 2.604, de 06 de outubro de 2020.

Parecer nº 16/2021/CPL SNSH/SNSH

Referência: 59000.001673/2020-81

**REFERÊNCIA:** RDC Eletrônico nº. 05-2020, que tem por objeto a "SERVIÇOS DE GESTÃO AMBIENTAL PARA A MANUTENÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO E DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DOS EIXOS NORTE E LESTE DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL - PISF"

1. **OBJETIVO**

1.1. O presente parecer trata da análise do recurso interposto pela empresa CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A. (SEI nº [3062875](#)) assim como, da contrarrazão apresentada pelo Consórcio Gestor Ambiental (SEI nº [3067324](#)), composto pelas empresas CMT ENGENHARIA e FAHMA PLANEJAMENTO E ENGENHARIA LTDA no âmbito do RDC 05-2020, que tem por objeto os serviços de gestão ambiental para a manutenção da licença de instalação e da licença de operação dos eixos norte e leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

2. **TEMPESTIVIDADE**

2.1. De acordo com o item 14.7 do Edital, dos atos da administração pública decorrentes da aplicação desta licitação, caberá recurso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

2.2. Considerando que a abertura do RDC em epígrafe, se deu no dia 14/12/2020 e encerrou no dia 25 de fevereiro de 2021, vide ATA RDC 05/2020 (SEI nº [3120052](#)), e que o prazo final para envio do recurso foi até o dia 04 de março de 2021, e, que, o recurso da recorrente foi anexado ao sistema no dia 04 de março de 2021, e que a contrarrazão do consórcio CMT/FAHMA foi anexado ao sistema no dia 10 de março de 2021, desta forma julgamos que tanto o recurso como a contrarrazão foram recebidos e conhecidos por estarem tempestivos.

3. **INTRODUÇÃO**

3.1. Às 14:30 horas do dia 14 de dezembro de 2020, foi realizada sessão pública referente ao RDC Eletrônico Nº 05/2020, tendo como base as regras estabelecidas pelo Regime Diferenciado de Contratações - RDC, regido pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011; Decreto nº. 7.581 de 11 de outubro de 2011, Decreto nº 8.080, de 20 de agosto de 2013; na Lei nº 12.980 de 28 de maio de 2014; Lei nº 13.190, de 19 de novembro de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

- Forma de Execução da Licitação: Eletrônica;
- Modo de disputa: Aberto;
- Regime de Contratação: Empreitada por Preço Unitário;
- Critério de julgamento: Técnica e Preço;

4. **ANÁLISE**

**a) Considerações Iniciais:**

A Recorrente expõe em seu recurso o seguinte ponto:

I - Do Atestado do Profissional Francisco José de Moura Filho:

- i) que o referido atestado foi emitido sem o devido processo administrativo eletrônico, sem respeitar todas as formalidades necessárias para a emissão correta e válida;
- ii) afirma também que a competência para emissão do atestado é do Ministro de Estado dessa pasta que a delegou, à época, ao Secretário de Infraestrutura Hídrica- SIH por intermédio da Portaria 195, de 14 de agosto de 2015 (SEI nº [3096509](#)), assim conclui que o atestado apresentado contém vício de origem do ato, no elemento sujeito "aquele a quem a Lei atribui competência para a prática do ato.

A recorrida apresentou a seguintes contrarrazões:

II - Do Atestado do Profissional Francisco José de Moura Filho - Não há qualquer nulidade no documento fornecido pelo então Ministério da Integração Nacional, o qual, repita-se, foi emitido após o escorreito processo administrativo de análise e emissão.

**b) Análise do Recurso e das Contrarrazões**

**b.I - Do atestado do Profissional José de Moura Filho**

Relembrando as alegações da recorrente, a CONCREMAT, alega que o atestado é nulo pelos motivos a seguir que se encontram em resumos: i) que o referido atestado foi emitido sem o devido processo administrativo eletrônico e sem respeitar as formalidades necessárias para a emissão correta e válida; ii) afirma que a competência para emissão do atestado é do Ministro de Estado desta pasta que a delegou, à época, ao Secretário

de Infraestrutura Hídrica - SIH por intermédio da Portaria 195, de 14 de agosto de 2015, assim conclui que o atestado apresentado contém vício de origem do ato, no elemento sujeito "aquele a quem a Lei atribui competência para a prática do ato".

Ocorre que a emissão do referido Atestado Técnico foi conduzida por intermédio do processo administrativo eletrônico, constante da Plataforma de Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sob o nº [59602.000668/2017-77](#), sendo infundada a alegação de falta de processo. Revendo o processo em questão verificamos que a solicitação de atestado técnico foi submetido para a Coordenação Geral de Programas Ambientais CGPA, a quem cabia a coordenação e fiscalização do contrato 23/2009-MI que, então, emitiu Nota Técnica 150/2017/CGPA/DPE/SIH/MI, (SEI nº [0719561](#)), a qual conclui pela higidez do Atestado solicitado, confirmando o respeito de todas as formalidades necessárias para a emissão correta e válida.

<p><b>4. CONCLUSÃO</b></p> <p>Diante das considerações apresentadas, conclui-se pela recomendação de que seja emitido o Atestado Técnico, conforme minuta anexa (SEI <a href="#">0718610</a>), em favor da CMT Engenharia Eireli, referente aos serviços executados do Contrato Administrativo de nº 023/2009 - Execução e Acompanhamento dos Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional.</p> <p>Submete-se à consideração superior.</p> <p><i>(assinado eletronicamente)</i></p> <p><b>LUDMILA DUTRA CARNEIRO DE FARIA</b></p> <p>Analista Técnico-Administrativo</p> <p><i>(assinado eletronicamente)</i></p> <p><b>MAX VALÉRIO RODRIGUES BARBOSA</b></p> <p>Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental</p> <p><b>Ao DPE/SIH/MI</b></p> <p>1. De acordo.</p> <p>2. Recomenda-se a aprovação da Nota Técnica nº 150/2017/CGPAM/DPE/SIH/MI. Encaminhe-se à CGAIN para as providências pertinentes à proposição do Atestado Técnico.</p> <p><i>(assinado eletronicamente)</i></p> <p><b>ELLANEIVA DE QUEIROZ VIANA ODÍSIO</b></p> <p>Coordenadora Geral de Programas Ambientais</p>
---

A segunda alegação feita pela recorrente, de que o atestado emitido pelo Diretor de Projetos Estratégicos é nulo, pois a competência para emissão do referido atestado seria do Secretário da Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH, delegado pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015 pelo Ministro de Estado está parcialmente correta, entretanto, foi publicada a Portaria nº 128, de 25 de setembro de 2018, pelo Secretário da SIH, com a finalidade de subdelegar competência ao Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos.

Ocorre que à época o senhor Secretário de Infraestrutura Hídrica era o senhor Marcus Aurelius Aragão Veras, cuja formação profissional é em Direito e em Economia. Entretanto a resolução CONFEA 1.025, de 30 de outubro de 2009 (SEI nº [3096488](#)) que regulamenta a emissão de atestados em seu artigo 58, abaixo transcrito, determina que as informações do atestado devem ser declaradas por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo sistema CONFEA, ou então, o atestado, como afirma o parágrafo único do mesmo artigo, deverá ser objeto de laudo técnico.

*Art. 58. As informações acerca da execução da obra ou prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado devem ser declarados por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.*

*Parágrafo único. No caso em que a contratante não possua em seu quadro técnico profissional habilitado, o atestado deverá ser objeto de laudo técnico.*

Os atos praticados no atestado foram devidamente convalidados de acordo com a Portaria 128/2018/SIH, datada de 25/09/2018, que subdelegou competência ao Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos e em seu artigo 2º, convalidou todos os atos praticados anteriormente à publicação da referida portaria, conforme a imagem abaixo:



Portaria Nº 128/2018 SIH, de 25 de setembro de 2018

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por delegação de competência, por força da Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2015, resolve:

**Artigo 1º:** Subdelegar competência ao Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos e, nos seus impedimentos e afastamentos, a seu substituto legal, para, no âmbito desta Secretaria de Infraestrutura Hídrica, praticar os seguintes atos:

I - Praticar atos referentes ao ateste, ratificação e certificação da capacidade técnica das empresas contratadas responsáveis por obras de engenharia, serviços de engenharia, fornecimento de materiais, serviços de gerenciamento, supervisão e demais contratos no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF.

II - Convalidar atos referentes ao Artigo 1º, item I, praticados pelo Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos anteriores a publicação desta portaria.

**Artigo 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Salientamos ainda que, no presente caso concreto, não se trata de competência exclusiva, ou seja, a autoridade delegada poderá subdelegar os seus poderes, conforme dispõe o Decreto 83.937 em seu art. 6º:

*Art 6º - O ato de delegar pressupõe a autoridade para subdelegar, ficando revogadas as disposições em contrário constantes de decretos, regulamentos ou atos normativos em vigor no âmbito da Administração Direta e Indireta.*

Diante de todo o exposto, esta Comissão mantém a decisão proferida anteriormente.

**5. DA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

- 5.1. Esta Comissão objetivando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando:
- 5.2. que o valor estimado da licitação foi de **R\$40.100.257,96** (quarenta milhões, cem mil e duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos).
- 5.3. que a proposta de menor valor foi apresentada pelo Consórcio Gestor Ambiental de R\$ 31.320.000,00 (trinta e um milhões trezentos e vinte mil reais).
- 5.4. que a Administração obteve um desconto de 21,90% do valor estimado, resultando em uma economia de R\$ 8.780.257,96, (oito milhões setecentos e oitenta mil duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos), para os cofres públicos.
- 5.5. que o valor da proposta da recorrente foi de R\$ 31.340.000,00 (trinta e um milhões trezentos e quarenta mil reais), que o desconto foi de 21,85 % do valor estimado, o que resultaria em uma economia de R\$ 8.760.257,96 (oito milhões setecentos e sessenta mil duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos).
- 5.6. que o Consórcio Gestor Ambiental demonstrou ter expertise, experiência suficiente e atendeu todas as exigências técnicas, obtendo a pontuação máxima na nota técnica, e
- 5.7. Também considerando os seguintes acórdãos:
- Acórdão 279/2008 Plenário:** Promova o devido processo licitatório, na contratação de obras, serviços e fornecimento de bens, de forma a perseguir a proposta que seja mais vantajosa para o órgão, nos termos dos princípios estatuidos pela Lei nº 8.666/1993.*
- Acórdão 1286/2007 Plenário:** Observe os princípios da transparência, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme regem os arts. 3º, art. 40, VII, art. 41, caput, 43, IV, art. 44, § 1º e art. 45, da Lei nº 8.666/1993.*
- 5.8. DECIDE: Rejeitar, no mérito, o recurso da empresa CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A. pelos argumentos acima expostos.

**6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

- 6.1. A Comissão Permanente de Licitação decide receber e conhecer o recurso e a contrarrazão por estarem tempestivos para, no entanto, rejeitar, no mérito, o recurso administrativo interposto pela empresa CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A. pelos argumentos acima expostos.
- 6.2. Dessa forma, mantém a decisão anteriormente proferida, considerando o **CONSÓRCIO GESTOR AMBIENTAL** habilitado e como o mais indicado à realização dos serviços no âmbito do RDC 05/2020.

Em 29 de abril de 2021.

ANTONIO LUITGARDS MOURA  
Presidente

ANA CÍNTIA PEREIRA DA SILVA ROCHA  
Membro

ERIK PARENTE CURRLIN PERPETUO  
Membro

JOÃO BARBOSA FONTES  
Membro

JOSÉ RIBAMAR TAVARES JÚNIOR  
Membro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Luitgards Moura, Presidente da Comissão**, em 29/04/2021, às 18:30, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cíntia Pereira da Silva, Membro da Comissão de Licitação**, em 29/04/2021, às 18:33, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Erik Parente Currilin Perpetuo, Membro da Comissão de Licitação**, em 29/04/2021, às 19:11, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Barbosa Fontes, Membro da Comissão de Licitação**, em 30/04/2021, às 09:41, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Tavares Júnior, Membro da Comissão de Licitação**, em 30/04/2021, às 10:06, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3133341** e o código CRC **FDA085DA**.